

SELETA

A LINHAGEM DA REPÚBLICA

Wanderley PINHO

Não parece, pois, tenham razão aqueles historiadores e críticos que, tomando-se de estupor diante do inédito e clamoroso *golpe de estado*, atribuem-lhe as mais graves conseqüências na história política nacional.

Alguns vêem na queda de Zacarias o começo do fim da monarquia, vislumbrando na reação partidária que determinou, o início de uma nova corrente de idéias rumando para a república.

Como prova assinalam a irritação dos políticos contra o poder pessoal.

Ora, antes disso, como depois, foi sempre o mesmo o refrão dos políticos e dos partidos em oposição. Não data daí a sem cerimônia dos ataques, nem tais ataques cresceram de tal modo ao ponto de caracterizar o início de uma época de decadência do princípio monárquico. Nem essa irritação por si só seria capaz de o enfraquecer, quando os mais apaixonados censores daquele movimento passaram, subindo depois ao poder, a servir e louvar o monarca antes acusado de absorção e domínio e, o que é mais, fizeram-se cúmplices ou aproveitadores de golpes semelhantes do árbitro político imperial.

O auge ascensional da monarquia não parou em 1868. A própria irritação conseqüente à queda de Zacarias não fazia explodir então um só protesto republicano. O manifesto dos republicanos históricos só surgiria dois anos depois, em 1870, sem grande ou sem nenhuma eficiência política por então, brado de idealistas sem eco partidário, ordem de comando sem forças para dirigir, clamar de um grupo de oficiais, sem soldados para atendê-los.

E a idéia republicana não conseguia congregiar um partido, que só iria tomar corpo e nascer como uma metamorfose da agitação abolicionista. Os elementos republicanos de 70 evoluiriam numa eficiência crescente de crítica, mas em quase insignificantes efeitos políticos, levando poucos deputados à Câmara e perdendo para a monarquia elementos como Lafaiete.

Depois daquele episódio da nossa história partidária, depois daquela subida dos conservadores por um *golpe de estado*, não entrou em decadência imediata a monarquia. Cresceria até o desembaraço do poder pessoal; o imperador imporia ainda a sua vontade em pontos capitais da política; o fim da guerra do Paraguai; a lei do ventre livre; a questão religiosa; a procrastinação da eleição direta. No exercício do poder moderador desferiria outros golpes de estado iguais ao de 1868.

Discursos, panfletos, atitudes contra a coroa ou a monarquia sempre os houve desde 1822. Havemos de medir a força vital da monarquia, não captando, para analisá-lo, o ar que ela respirava, nem sondando o ambiente em que agia para registrar as suas variações atmosféricas, mas tomando-lhe o pulso, palpando-lhe diretamente as artérias para sentir assim a tensão da vontade, as palpitações da força de querer, a energia para construir ou destruir a seu capricho.

Republicanos sempre existiram no Brasil desde a colônia.

Não andara o trono aos boléus das rebeliões em quase todas as províncias durante a menoridade? E Balaiadas, Cabanadas, Sabinadas, não haviam sido movimentos armados mais ou menos republicanos? Não tremulara por longos anos nos pampas do sul a bandeira republicana de Piratini? Não havemos pois de ouvir como primeiro bater de arfete à muralha monárquica apenas a reação liberal contra a subida dos conservadores em 1868. Nem daí em diante diminuiria, efeito desse choque, a resistência da monarquia. Não foi aquela reação o estalo da muralha, o abrir da brecha por onde entrariam mais tarde os batalhões rebelados de Deodoro, em nome da nação.

Demais, se os excessos dessa reação partidária contra o arbítrio imperial em 1868 podem ser encarados como fatores de enfraquecimento do princípio monárquico, de outro lado podemos salientar efeitos contrários dessa crise política. Uma das conseqüências foi distinguirem-se mais nítidos, cristalizando cada um a sua coesão, os dois partidos, como convinha ao regime parlamentar-monárquico: o conservador pelos benefícios tonificantes do poder; o liberal pela catálise da oposição, unificando históricos e progressistas até então em ferrenha dissidência.

Os fatos que alheiariam do trono apoios fortíssimos estavam por vir, e não tinham a menor ligação com aquele acontecimento partidário de 68: o fim da guerra do Paraguai, com a volta dos guerreiros vitoriosos animados de espírito libertário e messiânico; a questão religiosa que grangearia para o monarca pelo menos a indiferença do clero; as questões militares que o privariam de um exército disciplinado; a abolição que acenderia as hostilidades da lavoura. Ainda não se manifestara a doença de Pedro II; ainda não tomara vulto a impopularidade injusta do conde d'Eu; não se estabelecera ainda entre os políticos a descrença no terceiro reinado; não se murmuravam as contestações dinásticas de um príncipe da casa imperial; a propaganda de Quintino e de Rui Barbosa, os clubes republicanos - tudo viria muitos anos depois sem liame nem lógica com a queda de Zacarias.

Como em todas as genealogias, há os períodos remotos das origens onde vigora a lenda, na linhagem da república é lícito aos historiadores estender a prosápia do novo regime até as raízes mais profundas dos fastos políticos nacionais; mas a verdadeira filiação, a dos registros, a dos cartórios, a das sucessões, a dos documentos, fixa o tronco da estirpe, remonta a fundação da casa republicana e descobre os seus mais antigos pergaminhos em 1870. O mais são preciosismos e rebuscos de linhagistas a compor árvores heráldicas de tradições e conjecturas.

(Política e políticos no Império, pp. 125-128. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930).